## **SUMÁRIO**

#### **Colaboradores**

## 1. História e Regime Constitucional da Atividade Empresarial Estatal

Sergio de Andréa Ferreira

- 1. Introdução
- 2. Histórico constitucional
- 3. O regime constitucional vigente
  - 3.1 A ordem econômico-financeira e o Direito Econômico
  - 3.2 A atividade econômica empresarial
- 4. O Estatuto Jurídico das Empresas Estatais

### 2. Direito Administrativo Societário – Uma introdução

Alexandre Santos de Aragão

### 3. Uma Visão Crítica sobre a Lei das Estatais

Adilson Abreu Dallari

- 1. Antecedentes remotos
- 2. A Constituição Federal de 1988
- 3. Lei 13.303, de 30.6.2016 Estatuto das Empresas Estatais
- 4. Conclusões

### 4. Participação Societária Minoritária de Empresas Estais

Fernando Vernalha Guimarães

- 1. Introdução
- 2. Caracterização das empresas público-privadas
- 3. Pressupostos à formação de uma empresa público-privada
- 4. Os objetivos que justificam a empresa público-privada
  - 4.1 Empresa público-privada para o exercício do fomento
  - 4.2 Empresas público-privada para a prestação de atividade de suporte
- 5. Empresa público-privada para a ampliação da eficiência na atividade-fim da empresa estatal
- 6. Empresa público-privada para a regulação e controle de concessionários de serviços públicos
- 7. Regime jurídico das empresas público-privadas

## 5. Disposições Preliminares da Lei

Sergio Ferraz.

- 1. Introdução
- 2. Intervenção estatal no domínio econômico: balizas
- 3. Empresas estatais em atuação econômica
- 4. O advento do Estatuto das Estatais
- 5. Objetivos do Estatuto. Abrangências de sua incidência e exclusão
- 6. Os diferentes tipos de empresas estatais

## 6. Das Regras de Governança Corporativa, Transparência e Gestão de Riscos Sergio Ferraz

- 1. Estatais e Direito Administrativo: fundamentação do capítulo
- 2. Âmbito de abrangência da Lei das Estatais
- 3. Pilares da administração das empresas estatais
  - 3.1 Governança corporativa
  - 3.2 Transparência
  - 3.3 Gestão de riscos
  - 3.4 Controle interno introdução
  - 3.4.1 O controle interno nas estatais segundo a Lei 13.303/2016
  - 3.5 O acionista controlador
  - 3.6 O administrador
  - 3.7 O Conselho de Administração
  - 3.7.1 *O membro independente*
  - 3.8 A Diretoria
  - 3.9 O Comitê de Auditoria Estatutário
  - 3.10 O Conselho Fiscal
  - 3.11 A arbitragem breve referência
  - 3.12 A função social da empresa estatal
  - 4. A regulamentação da Lei

# 7. Disposições Gerais de Licitações e Contratos das Empresas Estatais

Dinorá Adelaide Musetti Grotti

## Introdução

- 1. Disposições de caráter geral
  - 1.1 Finalidades e princípios do processo licitatório art. 31, § 1º
  - 1.2 Orçamento para obras e serviços de engenharia art. 31, §§ 2º e 3º
  - 1.3 Procedimento de manifestação de interesse art. 31, §§ 4° e 5º
- 2. Diretrizes para as licitações art. 32, incs. I a V e §§  $1^o\_a$   $4^o\_a$ 
  - 2.1 Padronização do objeto da contratação art. 32, inc. I 1
  - 2.2 Busca da maior vantagem competitiva art. 32, inc. II
  - 2.3 Parcelamento do objeto art. 32, inc. III
  - 2.4 Adoção preferencial do pregão art. 32, inc. IV
  - 2.5 Política de integridade art. 32, inc. V

- 2.6 Disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos art. 32,  $\S$  1º, inc. I 2.7 Mitigação dos danos ambientais art. 32,  $\S$  1º, inc. II
- 2.8 Redução do consumo de energia e de recursos naturais art. 32, § 1º, inc. III
- 2.9 Avaliação de impactos de vizinhança art. 32, § 1º, inc. IV
- 2.10 Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial art. 32,  $\S$  1 $^{\circ}$ , inc. V
- 2.11 Acessibilidade para pessoas com deficiência art. 32, § 1º, inc. VI
- 2.12 Impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados art. 32, §  $2^{\circ}$
- 2.13 Utilização de portais de compras na internet art. 32, § 3º
- 2.14 Ferramentas eletrônicas para envio de lances art. 32, § 4º
- 3. Da definição do objeto da licitação art. 33
- 4. Orçamento sigiloso art. 34, §§ 1º, 2º e 3º
- 5. Aplicação da Lei da Transparência art. 35

- 6. Pré-qualificação de fornecedores ou produtos art. 36
- 7. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) art. 37, §§  $1^{\circ}$  e  $2^{\circ}$
- 8. Dos impedimentos para participar de licitações e de contratar com empresa estatal desconsideração da personalidade jurídica art. 38, incs. I a VIII e parágrafo único
- 9. Publicidade dos atos relativos às licitações e contratos art. 39, incs. I, II e III. Formas e prazo de publicidade dos atos integrantes do processo da licitação e da contratação
- 10. Regulamentos próprios art. 40
- 11. Aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 art. 41
- 12. Considerações finais

### 8. As Inovações do Procedimento Licitatório na Lei Federal 13.303/2016

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Introdução

- 1. Primeira fase: a preparação do procedimento licitatório
  - 1.1 A dupla finalidade da licitação na Lei Federal 13.303/2016
  - 1.2 O regulamento interno de licitações e contratos
  - 1.3 Definição do objeto: padronização e destaque ao ciclo de vida do bem
  - 1.4 A ausência de modalidades licitatórias e a padronização dos documentos licitatórios
  - 1.5 O procedimento de manifestação de interesse (PMI)
  - 1.6 Pré-qualificação: a predefinição dos bens aceitáveis e do universo de licitantes
  - 1.7 Processo administrativo eletrônico
  - 1.8 Regime de execução em obras e serviços de engenharia: contratação semi-integrada e contratação integrada
  - 1.9 Remuneração variável
  - 1.10 Contratações simultâneas de serviços
  - 1.11 Inovações na aquisição de bens: indicação de marcas, exigência de amostras e de certificações
- 2. Segunda fase: a divulgação do procedimento licitatório
  - 2.1 A regra geral de orçamento sigiloso
- 3. Terceira fase: a apresentação de lances ou propostas
- 4. Quarta fase: o julgamento do procedimento licitatório

- 5. Quinta fase: a verificação de efetividade dos lances ou propostas
  - 5.1 O saneamento de vícios e o prestígio à formalidade moderada
  - 5.2 A grande confusão causada pelo orçamento sigiloso e a equiparação entre preço estimado e preço máximo
  - 5.3 A análise de inexequibilidade da proposta
- 6. Sexta fase: a negociação
- 7. Sétima fase: a habilitação
- 8. Oitava fase: a interposição de recursos
- 9. Nona fase: a adjudicação do objeto licitado
- 10. Décima fase: a homologação do resultado ou revogação do procedimento
- 11. Reflexões finais sobre o procedimento licitatório na Lei Federal 13.303/2016
  - 11.1 A incompreensível previsão de aplicabilidade da modalidade pregão a licitações das empresas estatais
  - 11.2 Uma breve opinião geral sobre o procedimento licitatório regulamentado pela Lei Federal 13.303/2016

## 9. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação nas Empresas Estatais

Angélica Petian

- 1. Introdução
- 2. Dispensa e inexigibilidade de licitação nas empresas estatais
  - 2.1 Dispensa de licitação por emergência
  - 2.2 Inexigibilidade de licitação por notória especialização
- 3. Conclusão

### 10. Dos Contratos das Empresas Estatais

Sergio Ferraz

- 1. Considerações introdutórias
- 2. Contrato e contrato administrativo
- 3. Os novos tempos do contrato administrativo
- 4. As cláusulas contratuais na Lei 13.303/2016
- 5. Prestação de garantias pelo contratado
- 6. A duração dos contratos
- 7. Formalização dos contratos
- 8. Regime de responsabilidade do contratado
- 9. Aspectos remanescentes
- 10. Retomando e arrematando: o novo estatuto jurídico dos contratos administrativos das estatais
- 11. Sanções administrativas
- 12. Arbitragem
- 13. Conclusão

## 11. O Regulamento de Licitações e Contratos das Estatais

Joel de Menezes Niebuhr

- 1. Nota introdutória
- 2. Vigência da Lei 13.303/2016 e dever de produzir regulamento sobre licitações e contratos
- 3. Considerações sobre o Decreto Federal 8.945/2016

## 12. Os Desinvestimentos das Empresas Estatais na Nova Ordem Jurídica

Alécia Paolucci Nogueira Bicalho

- 1. Introdução
- 2. Delimitação do tema
- 3. A lacuna original: ausência histórica da lei própria das estatais e dificuldades culturais da transição para um novo regime
- 4. As empresas participadas e os compromissos assumidos pelo acionista público em Acordos de Acionistas
- 5. O regime de desinvestimentos à luz da Lei 13.303/2016
  - 5.1 O novo regime das estatais e regras de transição
  - 5.2 Regime jurídico da alienação de participações acionárias em empresas participadas. Não aplicação da licitação
  - 5.3 Desnecessidade de autorização legal para a extinção de parcerias societárias e venda das ações. Inteligência das Leis 9.497/1997 e 13.334/2016 em relação aos desinvestimentos
  - 5.4 O regime especial de desinvestimentos do Decreto 9.188/2017
  - 6. Concepção do processo de desinvestimento
  - 6.1 Atos preparatórios
  - 6.2 Implicações dos Acordos de Acionistas na deliberação sobre a adoção de leilão ou de venda direta
- 7. Conclusões